
A actualidade do pensamento de Gramsci na construção de um projecto de sociedade sustentável

Cássia Maria Carraco Palos²

Diante do contexto histórico em que vivemos no século XXI, no qual a globalização económico-social está longe de permitir uma equitativa melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs, a questão ambiental se apresenta como um dos desafios mais importantes a serem enfrentados pela sociedade e por seus indivíduos.

O problema do meio ambiente vem ocupando, actualmente, um espaço importante não somente na comunidade académica, mas nos meios de comunicação, e em toda a vida em sociedade. A questão ambiental transcendeu os limites de sua inserção inicial, primeiramente restrita a grupos sociais que detinham conhecimentos mais aprofundados sobre a temática ambiental, a exemplo das organizações ambientalistas e de especialistas na área, para se tornar uma preocupação permanente permeando diferentes áreas do conhecimento e consolidando-se como um fenómeno global, constituído por diversas dimensões interdependentes sobre as quais se debruçam organizações governamentais e do sector privado, organizações da sociedade civil, comunidade científica e técnica, grupos sociais e indivíduos interessados ou envolvidos no problema.

Dentre as estratégias preconizadas para o enfrentamento do problema, por parte de representações das organizações da sociedade civil, ou por outros sectores da sociedade preocupados com a questão ambiental, a educação ambiental apresenta-se, com unanimidade, nas diversas propostas de encaminhamento de soluções para a crise ambiental, suscitando o debate sobre conscientização, cidadania, informação e participação, dentre outros. A preocupação com a educação ambiental como forma de minorar a problemática do ambiente pode ser evidenciada em diferentes fóruns nos quais o assunto vem sendo discutido pela sociedade: encontros, debates, seminários, congressos científicos e outros.

Mas que educação seria essa? Em que princípios filosóficos estaria fundamentada essa tão aclamada educação ambiental? Quem seriam os novos agentes sociais dessa educação?

Buscando desenvolver algumas respostas a esse questionamento, desenvolveu-se o presente artigo, com o objectivo de reflectir em que medida é possível pensar uma educação ambiental a partir do legado do pensamento de Gramsci. Em que sentido o pensamento teórico desse autor é capaz de contribuir para desvelar novas questões, ditadas pela ordem que ora se apresenta, em tantos países, como crise ambiental? O presente artigo também atende ao objectivo de relatar uma experiência em educação ambiental que vem sendo desenvolvida no local conhecido como “Cratera da Colónia”, uma localidade urbana com cerca de 40 mil moradores, totalmente inserida em uma APA - Área de Preservação Ambiental (APA Capivari-Monos), no município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. O nome Cratera da Colónia ou Astroblema da Colónia, nome designado pelos cientistas, refere-se a possibilidade da área em questão ter sido formada a partir da queda de um corpo celeste (meteorito ou cometa) RICCOMINI, NEVES E TURCQ(1992).

Educação: Os desafios de uma prática transformadora

Iniciamos nossa reflexão centrando-nos na crítica aos programas educacionais com enfoque comportamental e conservador, baseando-nos principalmente em autores como DURKHEIM (1955) e PARSONS (1964), que viam na educação o processo por meio do qual os indivíduos alcançariam não só o conhecimento e a instrução, mas também o altruísmo, a ordem, o equilíbrio e a harmonia, transmitidos de geração a geração com a finalidade de manter a estrutura e o funcionamento de uma dada sociedade. Programas como estes até hoje são

largamente difundidos nos meios educacionais e na sociedade em geral, com conteúdos abstractos, desvinculados das condições concretas de vida dos cidadãos e das cidadãs, ou vinculados à ideia de que é possível transformar a sociedade somente por meio da educação, a qual seria capaz de minimizar as diferenças económicas e sociais entre os indivíduos, homogeneizando, assim, as relações sociais. No que se refere à questão ambiental, os projectos educacionais referentes à educação ambiental não fogem à regra, uma vez que, na maioria das vezes, apresentam-se de forma desvinculada da realidade social e, via de regra, são impostos de maneira verticalizada.

Ninguém escapa da educação. A educação ocorre mediando todas as relações sociais (BRANDÃO, 1981). Não há, no entanto, um tipo único de educação, visto que ela sempre expressa uma doutrina pedagógica baseada em alguma filosofia de vida, em uma determinada concepção de ser humano e de sociedade. E nem há um único *locus* onde se exercite a educação. Ela está presente na escola, na igreja, na rua, no trabalho, no botequim da esquina, enfim, no quotidiano das pessoas de uma dada realidade social concreta. Como menciona FREIRE (1978): “Não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio”.

É importante também enfatizar outro aspecto fundamental: além de sua função social, a educação tem uma significação política. E é justamente nesse aspecto da educação que consiste a importância do legado do pensamento de Gramsci. Segundo FREITAG (1978), autores como Gramsci imprimem à educação uma conotação política, na medida em que, no processo educacional, o indivíduo é habilitado a actuar no contexto social em que vive, não simplesmente reproduzindo as experiências anteriores, transmitidas pelas gerações que o antecederam, mas também somando a essas experiências sua análise e avaliação crítica, por meio das quais ele se torna capaz de organizar e reestruturar a sociedade.

Inspirando-nos em Gramsci, partimos do princípio que a educação é um ato político, na medida que transmite modelos que prevalecem em uma sociedade: modelos de vida, modelos de trabalho, de relacionamento e de condutas. Por serem modelos de grupos sociais influentes, esses modelos têm significação política, uma vez que a política exprime relações de força até entre ideais opostos. As ideias políticas sobre a sociedade, a justiça, a liberdade, a igualdade, por exemplo, impregnam os modelos. Nesse sentido, para esse autor, a educação é uma educação social e deve ser uma reflexão permanente sobre modelos sociais e sobre a organização social; assim toda teoria da educação deve, necessariamente, ordenar-se a um projecto de sociedade.

GRAMSCI (1987) conceitua de “ideologia” as ideias hegemónicas que circulam na sociedade e que legitimam um conjunto de valores, os quais, em última instância, reflectem as divisões e as lutas sociais e as relações de força da sociedade. Apesar de não ser um teórico explícito da educação, é Gramsci quem fornecerá os elementos para pensarmos uma teoria dialéctica da educação, na medida em que propõe uma revisão do conceito marxista de Estado. Se, em Marx, o Estado detinha a exclusividade da coerção e da violência, em Gramsci isso será subdividido em duas esferas: a *sociedade política*, na qual se concentra o poder repressivo da classe dirigente (governo, tribunais, exército, polícia), e a *sociedade civil*, constituída pelas associações privadas (igrejas, escola, sindicatos, clubes, meios de comunicação), nas quais circulam as ideologias que funcionam como “cimento” da formação social, e por meio das quais a classe hegemónica procura impor à classe subalterna a sua concepção de mundo.

Para Gramsci, a sociedade civil expressa o momento da persuasão e do consenso que, junto com o momento da repressão e da violência (sociedade política) asseguram a manutenção da estrutura de poder (Estado). Na sociedade civil, essa dominação se expressa sob a forma de hegemonia. Essas perspectivas indicam a natureza contraditória da educação, explicitada por Gramsci, que é, ao mesmo tempo um instrumento estratégico de dominação nas mãos da classe dominante, e também um instrumento estratégico de libertação por parte da classe dominada, uma vez que, mediante seus intelectuais orgânicos, ela pode lançar no âmbito da sociedade civil sua contra-ideologia.

Gramsci será o pensador que atribuirá à escola e à educação o papel de uma dupla função estratégica: a de conservar e, ao mesmo tempo, minar as estruturas do modelo social e económico. Para ele, “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica”, na medida em que a contra-ideologia pode apoderar-se da educação hegemónica, corroendo-a,

destruindo-a e reorganizando-a numa nova educação, que por sua vez divulgará uma nova concepção de mundo.

De acordo com o legado do pensamento de Gramsci, entende-se que o educador tenha um papel político-pedagógico transformador: sua actividade não é neutra, já que seu trabalho está voltado para os grupos dominados. Esses pressupostos orientam uma prática educativa que privilegia o diálogo, os encaminhamentos conjuntos na solução de problemas e, sobretudo, na construção de saber colectivo. O educando torna-se sujeito, exactamente pela possibilidade de criar e recriar o conhecimento e intervir na realidade, modificando-a.

Gramsci irá também influenciar decisivamente toda a pedagogia crítica desenvolvida por Paulo Freire, em fins dos anos 1960, e também a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, por meio de seus representantes mais significativos, como Horkheimer, Marcuse, Adorno e, principalmente, Habermas (AYUSTE, 1997).

Em oposição ao projecto pedagógico iluminista, caracterizado pela exaltação do novo e do culto à razão e à verdade objectiva, a pedagogia crítica, sob a influência de Gramsci propõe a libertação dos indivíduos e a luta contra as desigualdades sociais a partir da crítica ao desenvolvimento selvagem do capitalismo, à sociedade de consumo e à colonização cultural.

Novas indagações sobre a crise ambiental e a busca de soluções: O papel da sociedade civil e da educação ambiental

Quando falamos do papel da educação ambiental, estamos considerando a educação como um processo de intervenção nas condições sociais, um processo que tem um papel transformador. Inspirados no pensamento de Gramsci temos que ter em mente que a relação sociedade/natureza é algo concreto em cada momento histórico; portanto, as soluções devem ser buscadas no relacionamento dos grupos que compõem a sociedade, o que envolve desde a organização da produção à apropriação de seus resultados, assim como as representações em geral sobre a natureza em seus aspectos social, político e cultural.

Nesse sentido, a relação que se estabelece entre meio ambiente, educação e cidadania vem assumindo, nestes tempos de globalização, um papel cada vez mais importante e desafiador. Os processos sociais cada dia mais complexos, assim como os desequilíbrios e consequentes riscos ambientais que vêm se acentuando, demandam a emergência de novos conhecimentos, novos saberes baseados numa “nova aliança” entre os seres humanos e a natureza, em que a ética permeie todas as relações, sejam elas sociais, políticas ou económicas, para que o conceito de sociedade sustentável saia do papel e se torne uma realidade.

Longe de ser um dado “natural” da acção do ser humano ou um fenómeno externo a ele que deva ser controlado, os problemas ambientais expressam os conflitos nas relações sociais: assim, seu enfrentamento deve ser remetido para o campo das lutas políticas. A natureza, objecto da política ambiental, é a natureza concreta de acordo com a sua organização interna, sua cultura e sua técnica, sua distribuição de riquezas e seu poder político.

A crise ambiental ou ecológica configura-se muito além de algo natural, ou de um mero objecto das atenções do Estado: apresenta-se como uma questão encravada no campo da sociedade civil, conceituada por Gramsci como o momento da consciência activa, no campo ideológico e cultural, que não se confunde com o poder político, a estrutura do Estado.

Para Gramsci, o Estado Moderno não pode ser entendido como um sistema burocrático-coercitivo. As suas dimensões não podem se limitar aos instrumentos exteriores de governo, mas deve abarcar também a multiplicidade dos organismos presentes na sociedade civil, palco onde se manifesta a livre iniciativa dos cidadãos e das cidadãs, seus interesses, suas organizações, sua cultura e valores e onde se estabelecem as bases do consenso e da hegemonia.

Nesse sentido, a sociedade civil é, antes de tudo, o extenso e complexo espaço público não-estatal onde se estabelecem as iniciativas dos sujeitos modernos com sua cultura, com seus valores éticos e políticos e suas dinâmicas associativas. É o lugar de grande importância política, onde as classes subalternas são chamadas a desenvolver as suas convicções e a lutar por um novo projecto hegemónico de sociedade.

No tocante à busca de um caminho para a crise ambiental, à luz do pensamento

gramsciano, faz-se necessário resgatar o carácter histórico das sociedades e sua inter-relação com os ecossistemas, além de reforçar e valorizar as possibilidades associativas que vêm despontando na sociedade contemporânea.

Diante do reconhecimento de que a crise ambiental não é uma crise que se manifeste de forma isolada de outros problemas sociais, torna-se necessária a realização de projectos e pesquisas que propiciem o desenvolvimento e a capacitação das comunidades dos centros urbanos e rurais, no que se refere tanto à preservação e à criação de ambientes saudáveis, quanto à promoção da saúde, com o objectivo de melhorar a qualidade de vida. A inserção da problemática ambiental nos debates torna-se necessária e essencial para a construção de um projecto de uma sociedade ética, equitativa e mais justa.

É de grande interesse conhecer como as comunidades locais organizam-se para minimizar, eliminar, ou enfrentar os problemas ambientais de grandes centros urbanos, visto que a participação das populações vem se tornando um mecanismo cada vez mais importante para o enfrentamento das dificuldades geradas pela forma de organização social, política e económica do país. Gramsci, em seu tempo, já afirmava a importância de integração das massas nas velhas formas políticas. Rejeitando as soluções do fascismo e criticando as tendências de centralização do poder, Gramsci sustentava que uma nova civilização só poderia vir à luz pelo ingresso, na história, das massas livres e democraticamente organizadas.

Num cenário em que os problemas relativos ao poder são cada vez mais complexos, assim como se complexificam, também, as formas de estruturação das classes sociais e de sua relação com a política, a emergência de novos movimentos sociais indica a possibilidade de construção de uma nova sociabilidade, de uma verdadeira transformação social e da construção de uma nova hegemonia, na qual não só deva haver uma reestruturação da economia, (infra-estrutura), mas também no campo das ideias e valores (super estrutura) pois, para Gramsci, a luta pela hegemonia traz, implícito, um debate sobre a cultura, enquanto espaço de desenvolvimento da consciência crítica do ser social, o que o torna capaz de intervir na realidade.

Retomando a actualidade e a importância do pensamento de Gramsci para o enfrentamento da problemática ambiental, cabe ressaltar que, ao apostar no potencial mobilizador da sociedade civil, Gramsci desloca o eixo principal da acção política, retirando-a do âmbito das instituições burocráticas e administrativas e movendo-a para o terreno criativo das diversas organizações sociais dos sectores populares, o que abre um leque de inimagináveis possibilidades de transformações e de novas utopias.

A parcela da sociedade civil representada pelas novas organizações democráticas, surgidas com o intenso processo de socialização da política e que se expressa através dos partidos, dos sindicatos, dos movimentos sociais de diversas ordens, das associações profissionais, das comissões de fábrica, das Organizações-Não-Governamentais, de organizações culturais, dentre outras, passa a desempenhar um papel fundamental nas relações Estado/Sociedade, principalmente na defesa de direitos e interesses universais, como é o caso da questão ambiental, diminuindo dessa forma os poderes coercitivos do Estado, e ampliando as formas de acesso e participação nos processos decisórios, definindo assim, uma prioridade do público sobre o privado. As funções de domínio e coerção vão sendo substituídas pelas de hegemonia e consenso, e a sociedade política vai sendo reabsorvida pela sociedade civil (GRAMSCI, 2001).

A Concretização de uma oficina de educação ambiental

A seguir será relatado um trabalho de educação ambiental que foi desenvolvido junto a um grupo de moradores da Cratera da Colónia, município de São Paulo.

A proposta inicial é fazer, com esse grupo de moradores, uma reflexão sobre educação ambiental por meio de oficina, entendendo que uma oficina se constitui num espaço para reflexão e discussão das vivências, de forma a propiciar a identificação de temas fundamentais para melhor compreender o problema em pauta (CHIESA & WESTPHAL, 1995).

Por se tratar de assunto tão amplamente utilizado e disseminado, colocamos como

objectivo nessa oficina, a reflexão sobre o papel da educação ambiental com base no significado da educação. Três questões básicas servem de guia a esse trabalho: Como vivenciamos os processos educativos no nosso quotidiano? Afinal, de que educação estamos falando? Que papel assume a educação ambiental, tão valorizada a ponto de ser considerada estratégia essencial de operacionalização de políticas ambientais? Essas indagações fundamentais têm o intuito de fazer com que o movimento reflexivo sobre a experiência quotidiana, as crenças e representações sobre a educação vivida alcancem uma visão crítica.

A oficina como estratégia pedagógica permite esse movimento. A problematização de um tema vai se dando com base na produção colectiva e crítica do conhecimento. Tem como ponto de partida o entendimento de que o processo conjunto possibilita conjugar a acção e a reflexão, a prática e a teoria, e permite um movimento de ida e volta, de tal forma que a acção, inicialmente problematizada à luz da reflexão colectiva e de conhecimentos anteriormente sistematizados, traga novas análises e permita articulações amplas com o contexto mais geral (CHIESA E WESTPHAL 1995; VIEZZER & OVALLES, 1995).

Tendo como foco as questões acima referidas, uma oficina de educação ambiental pode ser realizada em três etapas:

a) Em uma primeira etapa busca-se repensar as representações, sentidos e significados da educação na vida de cada uma das participantes da oficina, por meio das representações sociais;

O objectivo desta primeira etapa da oficina é o de repensar o significado da educação na vida de cada um dos seus participantes, possibilitando-os a expressar suas representações por meio de objectos, como recortes de revista, desenhos, sucatas. Cada participante da oficina é convidado, a partir dos materiais disponíveis, a representar o conceito de educação tendo como parâmetro a educação na vida de cada um.

A socialização dos resultados, por meio da apresentação individual das representações, permite constatar ser esse um momento fundamental que, além de possibilitar a troca de informação entre os integrantes do grupo, estimula a participação de todos, permite o estabelecimento de uma relação dialógica e, sobretudo, oferece a oportunidade de ampliação e revisão de conceitos e práticas.

Frequentemente emergem, nessa etapa do trabalho, discursos que atribuem à educação um valor “positivo” ou “negativo”, ou, como cita CORTELLA (1993), concepções marcadas por “optimismo” ou “pessimismo”. Optimismo por atribuir à educação um carácter messiânico, salvador, capaz de, por si só, corrigir todas as imperfeições das pessoas. A remoção da ignorância se faz “dando ao povo educação”: pessimismo, dado o carácter instrumental atribuído a essa educação, concebida somente como agente de ideologia dominante, uma educação que está destinada a perpetuar o sistema social vigente. De acordo com essas visões, expressões comuns são referidas à educação: “desabrochar para o mundo”; “norte para a vida”; “caminho a ser seguido”; “contribuição para um projecto de sociedade”; “influência de gerações mais velhas”; “serve para perpetuar as diferenças”; “reproduz as diferenças de uma sociedade desigual”.

Como essas visões influenciam a prática educativa? Na visão optimista, o indivíduo é “ignorante” e pobre, porque não é educado: assim, é necessário educá-lo e transmitir a ele informações que, na maioria das vezes, não levam em conta sua história, sua realidade de vida nem suas experiências particulares. O conhecimento, por sua vez, apresenta-se fora do alcance do questionamento crítico, reduz-se à aplicação imediata. Nesse sentido, o educador desenvolveria uma actividade professoral, neutra, não estando a serviço de nenhum grupo social. E o educando, por sua vez, é “objecto” da adaptação, do ajustamento e considerado verdadeiro “depósito” de conhecimentos e valores. Do ponto de vista pessimista, dado que à educação cabe apenas a função de reproduzir as relações de dominação, está predeterminada a conservar o modelo nada pode ser feito o que leva ao imobilismo e à descrença na mudança.

b) A segunda etapa consiste na problematização das representações levantadas na primeira etapa, com base em referenciais teóricos. O objectivo desta etapa é desenvolver, com as participantes da oficina, um momento de reflexão e crítica à educação tradicional e conservadora.

Iniciamos nossa reflexão centrando-nos na crítica aos programas educacionais com enfoque comportamental e conservador, que até hoje são largamente difundidos nos meios educacionais e na sociedade em geral, com conteúdos abstractos, desvinculados das condições concretas de vida dos indivíduos, ou vinculados à ideia de que é possível transformar a sociedade somente por meio da educação, por ser esta capaz de minimizar as diferenças económicas e sociais entre os indivíduos, homogeneizando, assim, as relações sociais.

c) A terceira etapa da oficina traz à reflexão a educação ambiental diante dos conceitos e práticas referidas. Quando falamos do papel da educação ambiental, estamos considerando a educação como um processo de intervenção nas condições sociais: uma educação que tem uma função transformadora.

Como REIGOTA (1994), reafirmamos que a educação ambiental é uma educação política, que visa à construção da cidadania, e que deve ser exercida seguindo os mesmos princípios da educação em geral, fundamentada nas recentes contribuições do conhecimento científico, principalmente da filosofia da educação; que critica a educação tradicional, na qual se atribui grande valorização à transmissão de conhecimentos e quase nenhuma à bagagem trazida pelo educando.

Nesse sentido, a educação ambiental não pode se pautar apenas na transmissão dos recentes conhecimentos da ecologia, mas sim, colocar-se como uma estratégia de reflexão mais ampla, que nos conduza ao questionamento do modelo de sociedade em que vivemos, na qual a ideia de desenvolvimento está pautada no aumento do consumo desenfreado e no desperdício dos recursos naturais, desconsiderando a sustentabilidade das gerações futuras.

Embora questões incorporadas pelo senso comum como acções efectivas de educação ambiental como “não jogar lixo na rua”, “cuidar das plantas”, “não desperdiçar água”, “contribuir com o rodízio de carros”, “reciclar o lixo”, “garantir a preservação de determinadas espécies animais e vegetais”, “preservar os recursos naturais” entre outras, sejam acções importantíssimas, elas só funcionarão como educação ambiental se forem remetidas a uma discussão mais ampla, com a participação dos cidadãos e das cidadãs nas decisões da problemática ambiental, na qual sejam priorizadas as relações económicas, políticas, sociais e culturais que influenciam decisivamente a relação entre a humanidade e a natureza. Caso contrário, estaremos praticando não uma educação ambiental, mas sim um “adestramento ou um treinamento ambiental”, contribuindo, dessa maneira, para que a educação exerça somente a função de perpetuar o *status quo*.

Assim sendo, a educação, da maneira como a pensamos, capaz de responder à complexidade da questão ambiental, está pautada na participação de toda a sociedade, da elite académica à população em geral, como agentes sociais transformadores de uma nova realidade, com a promoção de práticas inovadoras e pela disseminação de experiências alternativas centradas no respeito às singularidades e às diferenças étnicas e culturais.

A despeito das dificuldades e de todas as controvérsias que possam haver entre os educadores voltados para a questão ambiental, cabe ressaltar algumas condições e tendências educativas que devem ser consideradas como prioritárias aos projectos de educação ambiental,

que estão sendo desenvolvidos tendo como inspiração o pensamento desenvolvido por Gramsci:

- o instigar os indivíduos a analisar e participar na resolução dos problemas ambientais da colectividade;
- o estimular uma visão global (abrangente, holística) e crítica das questões ambientais;
- o promover um enfoque interdisciplinar, que resgate e construa novos saberes;
- o possibilitar um conhecimento interactivo por meio do intercâmbio e debates de pontos de vista;
- o propiciar um autoconhecimento que contribua para o desenvolvimento de valores (espirituais e materiais), atitudes, comportamentos e habilidades voltados à recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida da espécie humana e de todas as espécies, desta e das gerações futuras.

Cabe ainda salientar que a discussão sobre a questão ambiental encerra várias dificuldades ligadas ao entrelaçamento de aportes de diversas disciplinas, ou especialidades técnicas ou teóricas. Apesar do carácter incipiente de uma discussão ambiental no campo do materialismo histórico (LEFF, 2001), pensamos que, para o desenvolvimento de uma racionalidade ambiental fundada nos princípios de uma sociedade sustentável, baseada na ética e na gestão participativa dos recursos ambientais, o pensamento de Gramsci se constitui num caminho fecundo na pesquisa científica, uma vez que Gramsci, como pensador marxista, cuja obra é perpassada por uma visão crítica e histórica dos processos sociais, debruça-se sobre a realidade enquanto *totalidade*, desvendando suas contradições, antagonismos e levando em conta a sua historicidade.

Podemos pensar, ainda, a construção de uma sociedade sustentável como uma “catarse”, conceito que Gramsci utiliza para referir-se à passagem do momento corporativo ao momento ético-político, isto é, a tarefa ontológico-dialéctica de construção de um novo bloco histórico. No pensamento de Gramsci, “catarse” ainda significa o momento da passagem da “classe em si” à “classe para si”, ou seja, o momento em que todas as classes conseguem elaborar um projecto para toda a sociedade, por meio da acção colectiva.

“Pode empregar a expressão “catarsis” para indicar a passagem do momento puramente económico (ou egoísta-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa também , a passagem do “objectivo ao subjectivo” e da “necessidade à liberdade”. A estrutura da força exterior que subjuga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma forma ético-política, em fonte de novas iniciativas.” (GRAMSCI, 1966, p.53).

Referências bibliográficas:

- AYUSTE A. A pedagogia crítica e a modernidade. Pátio - Revista Pedagógica, Porto Alegre, Editora Artes Médicas Sul, ano I, no 2 Agosto/Outubro, 1997.
- BRANDÃO CR. O que é a educação. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 1981.
- CHARLOT B. A Mistificação Pedagógica, Realidades Sociais e Processos Ideológicos na Teoria da Educação. Rio de Janeiro: Zahar, 2. ed.1983.
- CHAUÍ, M. Convite à Filosofia, São Paulo, Ática, 1994.
- CHIESA & WESTPHAL, “A sistematização de Oficinas Educativas Problematicadoras no Contexto dos Serviços Públicos de Saúde”. Saúde em Debate, 46, mar., pp.19-22, 1995.
- CORTELLA, MS. Algumas concepções sobre a Relação Educação/Sociedade. Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, mimeo, 1993.
- DURKHEIM, E. Educação e Sociologia, 4ª. Ed. Melhoramentos, 1955.
- FREIRE P. Educação como Prática da Liberdade, 8ª. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- FREITAG B. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo: Edart, 1978.
- GRAMSCI A. Cadernos do Cárcere, volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI A. Maquiavel, a política e o estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- GRAMSCI A. Os intelectuais e a organização da Cultura, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- GRAMSCI A. A concepção dialéctica da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

- LEFF E. Epistemologia Ambiental. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- MANNHEIM K., Ideologia e Utopia, 2ª. Ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- PARSONS T. The Social System. Glencoe, The Free Press, 1964.
- REIGOTA M. Meio Ambiente e Representação Social, São Paulo, Cortez, 1994.
- RICCOMINI, C., NEVES, F. e TURCQ, B. “Astroblema de Colônia (São Paulo, Brasil): Estágio actual de conhecimento” In: 37o. Congresso Brasileiro de Geologia - SBG/SP, SP, 1992. (mimeo)
- SANTOS BS. Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- VIERA PINTO, A. Sete Lições sobre Educação de Adultos. São Paulo, Autores Associados/ Cortez (Colecção Educação Contemporânea), 1992.
- VIEZZER & OVALLES, Manual Latino-Americano de Educação Ambiental. São Paulo, Editora Gaia, 1995.